

## Análise crítica do programa de educação ambiental e agricultura familiar do ministério do meio ambiente

Inny Bello Accioly

Mestre em Educação, Especialista em Educação Ambiental. Pesquisadora do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ) e do Coletivo de Estudos Marxismo e Educação (COLEMARX/UFRJ). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[innyaccioly@gmail.com](mailto:innyaccioly@gmail.com).

Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Doutor em Serviço Social. Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ).

[floureiro@openlink.com.br](mailto:floureiro@openlink.com.br)

### Resumo:

Este trabalho apresenta os principais resultados da investigação que analisa criticamente o *Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF)*, que foi elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) a partir de reivindicações de movimentos de trabalhadores rurais organizados durante o *Grito da Terra 2009*. Dentre os objetivos específicos apontamos: compreender como o ideário ambiental é articulado nos processos educacionais promovidos pelo Estado Brasileiro e como um programa de educação ambiental promovido por este Estado é inserido na dinâmica de luta de classes no campo. Com esta investigação, buscamos contribuir para a compreensão de contradições inerentes à prática da educação ambiental, assim como avançar no debate acerca dos processos de elaboração de políticas públicas, em especial políticas de educação ambiental que se queiram críticas, participativas e dialógicas.

**Palavras-Chave:** Educação Ambiental, Políticas Públicas, Agronegócio

### Abstract:

This paper presents the main results of research that critically analyzes the Environmental Education Program for Familiar Agriculture (PEAAF), which was prepared by the Ministry of Environment (MMA) from claims of rural workers movements organized during the Grito da Terra 2009. The specific objectives are: to understand how the environmental ideals are articulated in environmental education promoted by the Brazilian State and how an environmental education program sponsored by the Brazilian State is inserted in the dynamics of class struggle in the countryside. With this research, we seek to contribute to the understanding of contradictions inherent of the practice of environmental education, as well as advance the debate about the processes of policy-making, particularly environmental education policies who wants to be critical, participatory and dialogic.

**Keywords:** Environmental Education; Public Policy; Agribusiness

### INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os principais resultados obtidos por meio da investigação que resultou na Dissertação de Mestrado intitulada *Ideário ambiental e luta de classes no campo: análise crítica do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar*

do Ministério do Meio Ambiente, defendida em fevereiro de 2013, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ).

A investigação buscou analisar criticamente o *Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar* (PEAAF), que foi elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) a partir de reivindicações de movimentos de trabalhadores rurais organizados durante o *Grito da Terra 2009*.

Os objetivos da investigação foram: 1) compreender como o ideário ambiental é articulado nos processos educacionais promovidos pelo Estado Brasileiro; 2) como um programa de educação ambiental promovido por este Estado - em sua atual configuração - é inserido na dinâmica de luta de classes no campo.

O PEAAF, por ter sido elaborado a partir de reivindicações de movimentos de trabalhadores rurais e ser identificado enquanto um programa em processo de “construção participativa” que visa à melhoria da qualidade de vida no campo, reflete - em última instância - as disputas por diferentes concepções de campo, de agricultura e de educação, expressando o atual momento da luta de classes no meio rural.

Neste sentido, ultrapassamos as possíveis polarizações entre urbano e rural, visto que as disputas entre distintos projetos de sociedade atravessam o campo e a cidade, polarizando não o campo e a cidade, mas as forças sociais que representam as formas tradicionais de dominação - nas palavras de Florestan Fernandes, as estruturas econômicas, sociais e políticas “arcaicas” (FERNANDES, 1975) - e a dinâmica das mudanças sociais.

Observamos que nas formações político-econômicas capitalistas *dependentes* (idem), o urbano e o rural se inter-relacionam de forma particular:

Para que o capital possa reproduzir na economia urbana o trabalhador assalariado, é necessário que exista na economia agrária o capital que reproduz o trabalhador semilivre. Do mesmo modo, o despossuído, que não logra sequer a proletarização na economia agrária, está na raiz das possibilidades de trabalho assalariado do operário urbano. (FERNANDES, 1975, p.191)

Da mesma forma, a questão fundiária brasileira, marcada pela expressiva concentração fundiária - mecanismo que gera a figura do trabalhador rural sem terra -, interfere de forma dramática em nossa constituição social:

É particularmente essencial compreender que a forma assumida pela propriedade territorial “amarra” relações sociais, organiza relações de classe, sustenta relações econômicas e relações políticas, edifica uma determinada estrutura de poder, alimenta relações de dominação, define limites para a participação democrática das diferentes classes sociais, particularmente as classes trabalhadoras. (WANDERLEY, 2010, p.30)

Como prova de que a questão fundiária no Brasil não está resolvida, observamos os recentes debates no Congresso Nacional por ocasião da votação do Código Florestal (Lei nº 12.651/12), revelando o quanto a propriedade da terra é percebida pelos seus detentores como um direito absoluto, a tal ponto que as medidas de proteção ambiental postas em discussão foram interpretadas pelos “ruralistas” como uma ameaça à sua “segurança jurídica”. É importante notar que este posicionamento da chamada “bancada ruralista” no Congresso Nacional acontece ao mesmo tempo em que ocorrem assassinatos de agricultores ligados a movimentos rurais e ambientalistas.

Neste terreno, observamos que a manutenção de um ideário *antiecológico* (ACCIOLY; SANCHEZ; LAYRARGUES, 2011) desponta como sendo necessária para a perpetuação das relações de exploração da terra (e demais recursos naturais) e do trabalho características do modo de produção capitalista.

Entretanto, considerando as atuais - e cada vez mais fortes - pressões para que o comércio internacional passe a considerar a dimensão ambiental em seus mecanismos, o *antiecológico* aparece combinado a *ecologismos* “ajustados”, que não visam, necessariamente, à defesa e à preservação do ambiente para as presentes e futuras gerações, com base na justiça social e ambiental.

Com esta investigação, buscamos contribuir para a compreensão de contradições inerentes à prática da educação ambiental, assim como avançar no debate acerca dos processos de elaboração de políticas públicas, em especial políticas de educação ambiental que se queiram críticas, participativas e dialógicas.

## METODOLOGIA

Adotamos como referencial teórico o materialismo histórico-dialético e a literatura marxista, especialmente os escritos de Marx e Gramsci.

Para a compreensão da dinâmica do *capitalismo dependente*, nossos referenciais foram Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio.

Como procedimento metodológico para a compreensão do PEAAF, realizamos análise documental dos materiais sobre as oficinas do PEAAF, disponibilizados no *site* do Ministério do Meio Ambiente, e da portaria ministerial que institui o programa; entrevistas com técnicos do Ministério do Meio Ambiente; participação em oficinas do PEAAF; e análise de discurso. Para auxiliar na compreensão da dinâmica político-ambiental brasileira, realizamos um levantamento sobre financiamento de campanhas eleitorais e análise de pronunciamentos de parlamentares divulgados nas mídias oficiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O PEAAF, enquanto uma política pública em educação ambiental, é permeado por um discurso pedagógico que tem uma determinada intencionalidade educativa. Entretanto, é um discurso cujos sentidos não são fechados e se encontram em disputa.

Da mesma forma, como qualquer discurso, ele não pode ser desconectado da realidade concreta.

Assim, para não cairmos em equívocos ao nos debruçarmos sobre questões discursivas, devemos estar atentos a alguns pontos:

Em primeiro lugar, é preciso ter a compreensão de que o programa analisado tem existência objetiva - não sendo uma criação abstrata de algum indivíduo - e que, portanto, está inserido na realidade, que é totalidade concreta. Contudo, considerar a realidade como totalidade concreta não significa que metodologicamente tenhamos que captar e exaurir todos os aspectos, propriedades, relações e processos da realidade. Esta tarefa seria impossível e não necessariamente daria conta da compreensão da realidade.

Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de *concretização* que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento *recíproco* e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade. (KOSIK, 1976, p.41)

Além disso, é preciso estar atento para não confundir e não substituir a noção de totalidade concreta por uma totalidade abstrata que despreza a riqueza do real, a sua contraditoriedade e multiplicidade de significados, de forma a considerar, de antemão, todos os fatos como sendo predeterminados, pois, “a totalidade sem contradições é

vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrarias” (KOSIK, 1976, p.51).

Em segundo lugar, é imprescindível considerar o *caráter histórico do fenômeno*, no qual se manifesta a dialética do individual e do humano em geral (idem).

Por fim, é necessário ter o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no corpo social.

Desta maneira, ao nos referirmos ao PEAAF, faremos continuamente referência à totalidade na qual este programa está inserido, sem desconsiderar as particularidades deste programa.

Na tentativa de melhor compreender a função objetiva e o lugar histórico ocupado pelo PEAAF no corpo social, discutiremos também a “problemática socioambiental rural” no Brasil atual, observando o papel reservado para a agricultura familiar no processo de reprodução do capital e a luta dos trabalhadores rurais organizados contra a expansão do capital no campo e a expropriação crescente.

## O DISCURSO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Ao nos propormos a analisar o discurso pedagógico do PEAAF, consideramos que este programa carrega um determinado projeto pedagógico - e, portanto, político - que reflete as disputas travadas na arena da luta de classes por diferentes concepções de campo, de agricultura, de meio ambiente e de educação. Estas disputas nos fazem atentar para o fato de que “a educação não é apenas uma questão abstrata e intelectual, mas um campo de esforços práticos e de decisões igualmente práticas, no qual programas institucionais são propostos, criticados, justificados e rejeitados” (SCHEFFLER, 1974, p.17) e de que as ideias educacionais “não estão apenas a serviço de funções descritivas, mas também de funções de política” (idem).

Como base para a nossa interpretação da dinâmica política nacional – dinâmica onde se insere o PEAAF - está o conceito gramsciano de “Estado Ampliado”, que considera o Estado como sendo composto pela conjunção da *sociedade política* (conformada pelo conjunto de *aparelhos de coerção e repressão*) com a *sociedade civil* (que seria o espaço onde se confrontam os diversos projetos de sociedade, incorporando a *luta de classes* na esfera estatal).

Na obra de Gramsci, o conceito de sociedade civil diz respeito às “sociedades capitalistas” (ou seja, às condições de vida materiais, ao sistema privado de produção) e implica os **aparelhos ideológico-culturais da hegemonia**, o **aspecto educador do Estado** (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Nas sociedades ocidentais, o Estado se amplia, adquirindo uma nova materialidade: complexificação da burocracia civil e militar da aparelhagem estatal ou do Estado em sentido estrito e crescente expansão qualitativa e quantitativa dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. O Estado redefine, ainda, suas funções acrescentando às tarefas de comando, governo e domínio a função de direção cultural e política das classes dominadas (hegemonia civil), por meio da adesão espontânea (consenso), passiva e indireta e/ou ativa e direta ao projeto de sociabilidade da classe dominante dirigente. (NEVES, 2005, p.25)

O Estado, enquanto instrumento de uma classe e suas frações, atua como sujeito de iniciativa político-cultural, agindo por meio de canais explicitamente estatais ou por meio de canais aparentemente privados. Este fato mostra-se ainda mais evidente hoje, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa (principalmente a imprensa e a televisão, que atuam fortemente inclusive nos processos eleitorais). Neste

terreno, as conotações de “público” ou “privado”, de “político” ou “econômico” encontram muitas dificuldades (LIGUORI, 2007).

O conceito de “aparelho ideológico-cultural da hegemonia” (ou simplesmente “aparelho hegemônico”) remete à materialidade dos processos hegemônicos, pois não se trata somente de “batalha das ideias”, mas de verdadeiros aparelhos estabelecidos para a criação do consenso. O que comumente se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, é o ponto de contato entre “sociedade civil” e “sociedade política”, entre o consenso e a força. Assim, nos momentos em que o Estado quer iniciar uma ação pouco popular, comumente mobiliza os aparelhos hegemônicos (aparentemente privados) a fim de criar, preventivamente, a “opinião pública” adequada.

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, **desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.** (GRAMSCI, 2011, p.265. Grifos nossos)

O Estado é concebido como “educador” na medida em que uma das suas funções mais importantes (e quase sempre esquecida) é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses da classe que está no domínio. Assim, o Estado age também como uma “racionalização” da produção nacional, como um instrumento de “aceleração” que, operando segundo um plano, pressiona, incita e impele.

Ao afirmarmos o Estado enquanto *instrumento* de uma classe, precisamos sempre considerar que ele é também, e ao mesmo tempo, *lugar* de luta pela hegemonia e *processo* de unificação das classes dirigentes (LIGUORI, 2007). O “Estado Ampliado”, enquanto conceito de Gramsci, é atravessado pela luta de classes. A dialética é real, aberta, o resultado não pode ser predeterminado. Neste sentido, a luta pela direção dos aparelhos ideológico-culturais da hegemonia é uma luta constante.

Em relação ao papel do Estado de direção cultural e política das classes dominadas:

O estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima deste grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2011, p.41-42)

É verdade que a disputa da classe trabalhadora pelos processos educacionais geridos pelo Estado (ampliado) tenciona para que os recursos públicos sirvam também aos interesses desta classe e contribuam para seu processo de organização e formação segundo seus próprios interesses. Entretanto, também é verdade que a ideologia burguesa, ao ter meios de difusão em maior quantidade e com maior força, contribui para que os interesses da classe burguesa sejam absorvidos como sendo interesses comuns e em harmonia aos interesses da classe trabalhadora.

Esta falsa noção de que os interesses das duas classes antagônicas podem se “harmonizar” em torno de um “projeto comum” contribuiu para a desmobilização das lutas dos trabalhadores organizados que, ao fazerem inúmeras concessões, acabam sendo completamente absorvidos e atuando contra os interesses de sua própria classe e favorecendo a opressão e a exploração. Entendemos que, estando imerso nos aparelhos ideológico-culturais da hegemonia burguesa, um projeto educacional sofrerá sérias limitações para promover processos críticos que contribuam para a compreensão e superação das contradições contidas no processo de produção.

O nosso objeto de pesquisa, o PEAAF, foi iniciado em 2009, a partir de reivindicações feitas no *Grito da Terra 2009*, assinado pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), FETAG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura) e STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais).

Com o objetivo de contribuir para a formulação de uma Política Pública de Educação Ambiental voltada para a Agricultura Familiar, o Departamento de Educação Ambiental - DEA iniciou, em 2009, a construção participativa desse programa, a partir da pauta apresentada pelos agricultores e agricultoras familiares no *Grito da Terra 2009*. Esse foi o início de um Programa de Educação Ambiental voltado para a capacitação, sensibilização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas questões referentes ao meio ambiente e à produção agroecológica. Para obter informações norteadoras e levantar as ações semelhantes e/ou que atuam com o mesmo público, foram realizadas reuniões com diversos segmentos envolvidos com Agricultura Familiar, como representantes do poder público e dos movimentos sociais e sindicais que empreenderam o *Grito da Terra 2009*: CONTAG, Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Ministério do Desenvolvimento Agrário (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.<sup>1</sup>

A pauta do *Grito da Terra 2009* reivindica:

135) Aprovação de projeto de educação ambiental, a ser desenvolvido pela CONTAG, em conjunto com o MMA e outros Ministérios para a capacitação, sensibilização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas questões referentes ao meio ambiente e a produção agroecológica. (CONTAG – FETAG - STTR, *Grito da Terra 2009*)

A reivindicação de um projeto de educação ambiental voltado aos trabalhadores rurais é um ponto recorrente nas pautas do *Grito da Terra* e aparece no *Grito da Terra 2007* (assinado pela CONTAG, FETAG e STTR) e no *Grito da Terra 2006* (assinado pela CONTAG, FETAGs e STRs).

No ano de 2009, o Ministro do Meio Ambiente acolheu esta reivindicação e repassou para o DEA/MMA (Departamento de Educação Ambiental do MMA) a função de elaborar este programa.

Ao longo do ano de 2009, foram realizadas reuniões preparatórias entre o DEA/MMA e representantes da CONTAG e MST. Em outubro de 2009, foi realizada a Primeira Oficina do PEAAF, com o objetivo de contribuir para a construção do Programa. Desta oficina, destacamos a presença de secretarias e vinculadas do MMA; representantes de instituições públicas; representantes de movimentos sociais: MAB, MPA, MST, Via Campesina, CUT, CONTAG e outros; além de IICA, UNESCO e SEBRAE.

---

<sup>1</sup> Disponível em < <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao-de-educadores/programa-de-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-e-agricultura-familiar-peaaf/processo-de-constru%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em outubro de 2012.

Em setembro de 2010, foi realizada uma oficina no Território da Chapada dos Veadeiros, em Goiás. Em novembro de 2010, ocorreu uma oficina em Divinópolis de Goiás.

Em março de 2012<sup>2</sup>, foi organizada uma *Roda de Conversa* durante do VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em Salvador/BA, com o objetivo de apresentar e debater os princípios do PEAAF.

Em abril de 2012, o MMA lançou o edital “Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar”.

Em 23 de maio de 2012, o PEAAF foi institucionalizado através da Portaria Ministerial nº 169, publicada em Diário Oficial<sup>3</sup>.

Em dezembro de 2012, foi realizada a primeira Oficina do PEAAF após a sua institucionalização, por meio de acordo entre o MMA e a Secretaria de Estado da Bahia<sup>4</sup>.

Ao analisarmos os materiais disponíveis sobre as oficinas do PEAAF, observamos alguns pontos em comum: críticas dos participantes à falta de tempo para aprofundar os debates; ênfase no esclarecimento das legislações ambientais, na difusão de “boas práticas” e na promoção de parcerias para sustentarem o programa. Somente na oficina de novembro de 2010 foi dedicado tempo para discutir o tema “Conflitos Socioambientais”. Entretanto, foram debates sem encaminhamentos objetivos.

Observamos que os movimentos sociais que reivindicaram o programa participaram de reuniões preparatórias do PEAAF junto com técnicos do DEA/MMA. Nestas reuniões, foram definidos encaminhamentos como: organização de seminário para tratar dos critérios e subsídios para os processos de mitigação e controle do impacto ambiental oriundo das obras de infraestrutura do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em especial Hidrelétricas, Linhas de Transmissão, Estradas e Ferrovias; a criação de um comitê gerencial com representantes de secretarias e vinculadas do MMA, assim como representantes da Direção Nacional de Movimentos Sociais.

Ao longo do processo de criação do PEAAF, estes encaminhamentos não foram seguidos. Ao invés de debater objetivamente sobre critérios e subsídios para mitigação e controle de impactos oriundos de obras do PAC, foi observado que as oficinas, quando trataram do tema, o abordaram de forma genérica, como: “Processo de degradação Ambiental: assoreamento, erosão, queimadas e outros” ou “Preservação e recuperação de áreas degradadas”. Ao descontextualizar a temática, as causas do “processo de degradação ambiental” em curso (por exemplo, as obras do PAC que estão sendo empreendidas pelo próprio Estado) e os conflitos socioambientais (conflitos de classes) ao redor das “áreas degradadas” - onde, certamente, muitos dos participantes do processo educativo circulam cotidianamente - ficam excluídos do debate e sem encaminhamentos concretos.

O segundo acordo definido nas reuniões entre DEA/MMA e Movimentos Sociais também foi descumprido. No lugar da criação de um comitê gerencial em que os

---

<sup>2</sup> Não foi possível obter informações sobre oficinas realizadas no ano de 2011, visto que elas não se encontravam disponíveis no *site* do Ministério do Meio Ambiente durante o período da pesquisa.

<sup>3</sup> É preciso ter em mente que neste período esteve em votação a versão final das alterações do Código Florestal e que o Brasil se preparava para sediar a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20).

<sup>4</sup> Esta Oficina teve duração de dois dias e teve como objetivo principal a elaboração de ações prioritárias em Educação Ambiental e Agricultura Familiar para o Estado da Bahia. Esta foi a única Oficina do PEAAF que participamos presencialmente.

movimentos sociais pudessem participar ativamente, foi criado, por meio da Portaria Ministerial que institucionalizou o programa, o GT-PEAAF, que exclui os movimentos sociais e qualquer representação da “sociedade civil” desta instância decisória. Através de uma aparente “neutralidade” e “imparcialidade”, foram mantidos na instância decisória do PEAAF somente os representantes do Estado e excluídos os representantes dos movimentos dos trabalhadores rurais.

Assim, observamos que os movimentos sociais que reivindicaram o PEAAF (que, ademais, possuem longo histórico de organização a nível nacional) e que participaram do processo inicial de elaboração do programa foram afastados dos processos decisórios e “igualados”, no âmbito das oficinas, às inúmeras ONGs que atendem pontualmente o público da agricultura familiar, aos bancos, aos empresários e às iniciativas individuais, visto que as oficinas não definem critérios de participação e que os participantes são organizados em pequenos grupos de trabalho onde são instados a contribuir individualmente.

Como estes movimentos sociais não participam da elaboração das oficinas e não têm acesso prévio à programação, não podem alterar, nem elaborar previamente e com maior profundidade as suas contribuições na temática a ser debatida. Além disso, ao longo das oficinas, é dado pouco tempo para os debates e muito tempo para a fala expositiva dos especialistas convidados. Assim, observamos que, ao longo do processo de construção participativa do PEAAF por meio de oficinas, os movimentos dos trabalhadores rurais deixaram de marcar presença.

Como exemplo, na oficina do PEAAF que aconteceu em dezembro de 2012 na Bahia, 56% dos participantes da oficina representava algum órgão, ministério ou secretaria do governo federal, estadual ou municipal; 38% dos participantes representavam ONGs, Redes, Cooperativas e Associações. Havia uma única pessoa representando o movimento sindical (FETAG-BA/ STTR).

Entretanto, um dos objetivos específicos do PEAAF é “fomentar processos educacionais críticos, participativos e dialógicos que promovam a formação, capacitação, comunicação e mobilização social” dos sujeitos envolvidos com agricultura familiar.

Como chamar de participativa uma política pública voltada para agricultores familiares em que o público alvo (os agricultores) não participa?

Notamos que, no âmbito do PEAAF, o conceito de “participação” é ressignificado de forma que se oponha a real participação dos trabalhadores organizados, denominada por Freire (2011) de “a massa oprimida organizada”. Ao invés da participação da classe trabalhadora organizada, com pautas concretas e unificadas, é priorizada a “participação” (sem poderes concreto de decisão) de indivíduos isolados, sem filiações ideológicas explícitas, fragmentados em diversos grupos e, muitas vezes, lutando por benefícios pessoais.

Precisamos considerar como são feitos os convites para as oficinas, uma vez que os organizadores da oficina do PEAAF na Bahia, por exemplo, afirmaram que movimentos sociais como CPT, MST, FETRAF e MPA foram convidados, mas não compareceram.

É preciso reconhecer que os movimentos não são incluídos no processo de organização das oficinas e que a programação do evento não é disponibilizada com antecedência, assim como os critérios para inscrição e participação não são claros.

Por fim, é preciso reconhecer que em uma sociedade desigual, nem todos terão as condições materiais, cognitivas e organizacionais para participar plenamente de um

processo sobre o qual são os primeiros interessados e os diretamente afetados. Uma política pública, para que seja verdadeiramente participativa, precisa criar as condições materiais necessárias para que ocorra o engajamento – e mais que isso, a participação fundamentada - de grupos sociais que são desiguais entre si.

Conforme observamos, a expressão “processos educacionais críticos, participativos e dialógicos”, que consta nos objetivos do PEAAF, assume a função de um *slogan educacional* (SCHEFFLER, 1974) que intenciona atrair a adesão e a confiança da sociedade como um todo, assim como constituir um consenso.

Os *slogans educacionais*, segundo Scheffler, são assistemáticos, de tom menos solene e mais popular, a serem repetidos com veemência ou de maneira tranquilizadora, e não a serem gravemente meditados. Eles “proporcionam símbolos que unificam as ideias e atitudes chaves de movimentos educacionais” (ibid., p.46). Com o passar do tempo, entretanto, os *slogans* tendem a ser interpretados de maneira mais literal e menos como símbolos chave de um movimento educacional e, quando isso ocorre, torna-se importante avaliar o *slogan* ao mesmo tempo enquanto uma asserção direta e enquanto um símbolo unificante de algum movimento educacional (ibid.).

A expressão “processos educacionais críticos, participativos e dialógicos”, se interpretada de forma literal, constitui um consenso educacional. Entretanto, este pode ser um consenso que pouco remete ao movimento educacional que lhe deu origem, a saber, a pedagogia crítica e o movimento de educação popular que tem, no Brasil, o nome de Paulo Freire como seu maior ícone.

Enquanto uma asserção direta, ademais, observamos que o *slogan* da “participação”, no contexto do PEAAF, assume a função de legitimar decisões previamente tomadas, visto que as oficinas não definem encaminhamentos concretos e sim parâmetros extremamente abrangentes.

Na obra *Pedagogia do Oprimido* (2011), Freire aponta:

Críticos seremos, verdadeiros, se vivermos a plenitude da práxis. Isto é, se nossa ação involucra uma crítica reflexão que, organizando cada vez o pensar, nos leva a superar um conhecimento estritamente ingênuo da realidade. Este precisa alcançar um nível superior, com que os homens cheguem à razão da realidade. Mas isto exige um pensar constante, que não pode ser negado às massas populares, se o objetivo é a libertação. (idem., p.176)

Não estamos afirmando que os processos do PEAAF negam às massas populares o direito do “pensar constante”. A questão é que, ao estar absorvido pela lógica dominante que concebe o Estado como sendo uma instância neutra e a Sociedade Civil como sendo uma arena de disputa entre iguais, o PEAAF reproduz os mecanismos de opressão, ao mesmo tempo em que utiliza o discurso da “libertação” (FREIRE, 2011). Desta forma, o diálogo com as massas “não pode ser concebido como uma concessão, nem presente, nem muito menos uma tática a ser usada, como a sloganização o é, para dominar” (ibidem.,p.184).

Ainda segundo Freire (2011), a conquista crescente dos oprimidos pelos opressores envolve uma série de recursos que tendem a *mitificar* o mundo, apresentando o mundo não como um problema, mas como algo dado, estático, a que os homens devem se ajustar.

Ao apresentar uma figura de Estado como sendo naturalmente “engessado”, limitado no âmbito de suas ações, que por isso deve consolidar parcerias com empresários para suportar financeiramente os programas públicos, o PEAAF reafirma o mito da realidade como sendo algo imutável e a que devemos nos adaptar.

O “mito da igualdade” também é reafirmado quando, para as oficinas do PEAAF, são convidados indistintamente trabalhadores rurais, empresários e dirigentes de ONGs, sendo todos colocados em um mesmo espaço onde terão que, a partir do “diálogo”, disputar concepções de educação, de políticas públicas e de agricultura. Conforme observamos, estes sujeitos não estavam em igual número. Além disso, não podemos pressupor que, por exemplo, um pequeno agricultor que não tenha concluído o ensino básico terá a mesma força discursiva para defender a sua classe do que um pós-graduado dirigente de uma ONG, em um espaço que não faz as mediações necessárias para garantir iguais possibilidades de interlocução e fala, explicitando e buscando meios de enfrentamento às condições desiguais que situam os próprios momentos de oficinas.

Como parte deste processo de mitificação da realidade, inserimos a absorção, que ocorre no âmbito do PEAAF, de materiais didáticos elaborados por empresários como sendo “neutros” e isentos de ideologia.

**Dividir para manter a opressão.** Esta é outra dimensão fundamental da teoria da ação opressora, tão velha quanto a opressão mesma. (FREIRE, 2011, p.190. grifos nossos)

Uma dimensão desta estratégia de “divisão” se apresenta quando, ao “homogeneizar” os participantes da oficina, os divide em inúmeros grupos para definir temas complexos e inter-relacionados. Estando em menor número e obrigados a se dispersar entre os inúmeros grupos, aqueles que se opõem à lógica hegemônica são facilmente desarticulados e silenciados.

O que interessa aos opressores é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. [...] Uma das características destas formas de ação é a ênfase na visão *localista* dos problemas e não na visão deles como dimensão de uma *totalidade*. (ibidem, p.191)

A superação da visão localista e a compreensão da realidade enquanto uma totalidade requer tempo para que os debates sejam aprofundados e sejam construídas estratégias de enfrentamento que considerem a problemática em sua esfera micro e macro. Ao não dispor deste tempo, as oficinas do PEAAF, até o momento presente, não puderam ir além da discussão assistemática que não leva a encaminhamentos precisos e eficazes para a transformação da realidade.

Ao homogeneizar os participantes das oficinas, “falam na necessidade de compreensão, de harmonia, entre os que compram e os que são obrigados a vender o seu trabalho. Harmonia, no fundo, impossível pelo antagonismo indisfarçável que há entre uma classe e outra” (ibidem, p.193).

Uma característica da *ação antidualógica* teorizada por Freire (2011) é a manipulação das massas oprimidas. Esta manipulação, em certas condições históricas, se verifica através de pactos entre as classes dominantes e as massas dominadas. “Pactos que poderiam dar a impressão, numa apreciação ingênua, de um diálogo entre elas” (ibidem, p.198). Segundo Freire, estes pactos não são diálogos, porque, na profundidade de seu objetivo, está inscrito o interesse inequívoco da elite dominadora.

No momento histórico em que é constatada a importância da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para os brasileiros (divulgada através do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE); em que os movimentos do campo emergem disputando os conceitos de “sustentabilidade”, “segurança alimentar” e “soberania alimentar”; em que estes movimentos emergem divulgando seu posicionamento unificado contrário às práticas do agronegócio e disputando as alterações do Código Florestal; resta às elites dominadoras aprimorarem as estratégias

da dominação através da manipulação. Assim é interpretada a resposta do Estado às reivindicações dos trabalhadores rurais durante o *Grito da Terra*.

## O ESTADO BRASILEIRO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Ao analisarmos o discurso pedagógico do PEAAF, buscamos compreender os processos educacionais empreendidos por este programa e as suas “estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural”. Observamos que as estratégias adotadas até o momento não favorecem este enfrentamento, pois, além de outros motivos, consideram o tema “problemática socioambiental rural” de forma “neutra”, revelando, assim, afinidades com a perspectiva da classe dominante.

Neste sentido, podemos apontar que o “ideário ambiental” atualmente compõe parte importante das estratégias ideológicas dos setores dominantes no projeto de perpetuação da dominação, pois ajuda a promover um falso consenso entre as classes e o mascaramento dos próprios mecanismos de dominação ao pregarem um “pacto entre as classes” a favor de um “bem comum”, o meio ambiente – que nunca se configura como sendo de *todos*.

Ao considerar os “problemas ambientais” desvinculados da realidade concreta enquanto uma totalidade, o PEAAF não fornece subsídios para que sejam enfrentadas as *causas* destes “problemas”. Assim, atua somente no gerenciamento das *consequências*: a degradação ambiental.

Na tentativa de avançar na compreensão das *causas*, abordaremos a questão ambiental em sua dimensão política. Considerando que o processo de alteração na legislação ambiental expressa a disputa entre grupos diretamente interessados em definir regras e sanções que regulem a interação sociedade/meio ambiente, realizamos um levantamento sobre os parlamentares envolvidos no processo de alteração do Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651) e seus financiadores de campanha eleitoral.

De acordo com a observação dos dados de financiamento das campanhas eleitorais, notamos a íntima relação entre empresas ligadas ao setor do “agronegócio ampliado”<sup>5</sup> e as Comissões de Meio Ambiente do Congresso Nacional. Esta relação nos aponta que a temática ambiental se configura como fundamental para a expansão deste setor. Por isso, este setor vem ampliando suas articulações e sua lista de “parceiros” para fortalecer ainda mais seu poder de influência sobre as alterações da legislação ambiental e a construção de uma nova imagem, mais “sustentável”. Também observamos que, como parte da estratégia deste setor para construir uma imagem “sustentável”, está a educação ambiental<sup>6</sup>.

Assim, observamos que disputas pelo ideário ambiental existem até mesmo dentro dos limites da ordem capitalista. Observamos, ademais, que o campo da educação ambiental reflete estas disputas. Conforme Layrargues (2012):

---

<sup>5</sup> Mendonça (2010) aponta que o conceito de agronegócio, atualmente, não se restringe aos proprietários rurais. Referindo-se ao rápido processo de tecnificação do setor agrícola, a autora afirma que a agricultura atual se tornou avalista de um complexo sistema externo a ela e que a subordina aos interesses do grande capital industrial e financeiro. Assim, figuram como associados da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) diversos bancos, empresas de telecomunicações, empresas públicas, empresas ligadas à indústria química e outros, o que faz com que nos reportemos a este setor como “agronegócio ampliado”, em referência ao conceito gramsciano de “Estado Ampliado”.

<sup>6</sup> Como um exemplo, dentre muitos, citamos a cartilha “Responsabilidade ambiental na produção agrícola” publicada pelo Grupo Bunge em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2007.

A ideia que se quer debater é a de que a Educação Ambiental brasileira está vivendo um período de crise de identidade, que se manifesta por meio de dois processos: primeiro, na contradição entre teoria e prática que se verifica em diversas expressões concretas da vivência pedagógica da Educação Ambiental, contradição essa que separa os princípios e diretrizes internacionalmente consolidadas como corpo teórico conceitual e metodológico definidor do pensar e fazer a Educação Ambiental (Loureiro, 2004; Lima 2011) daquilo que realmente vem sendo experimentada nas ações pedagógicas concretas, contradição essa que continuamente afasta sua práxis da radicalidade da crítica anticapitalista; segundo, na dificuldade de se superar o pensamento e ação pragmática atualmente hegemônica na Educação Ambiental, em especial na sua dimensão Informal, vivenciada nos meios de comunicação midiáticos em geral. (LAYRARGUES, 2012, p.398)

Apesar de constatar as disputas em torno do ideário ambiental no corpo social, constatamos também que a necessidade de “preservação” ou conservação” ambiental não é algo consensual. Desta forma, discursos e práticas *antiecológicas* (ACCIOLY; SANCHEZ; LAYRARGUES, 2011) são difundidas com aparente “preocupação ambiental”.

Assim, observamos nas economias dependentes (FERNANDES, 1975) uma dramática contradição entre defesa e destruição desenfreada da natureza - *ecologismo* e *antiecológismo* atuando como complemento histórico um do outro. Mais precisamente: proposições que almejam à preservação ambiental sofrem sérias limitações quando empreendidas no contexto destes países, devido à sua própria condição de fornecedor de matérias-primas e força de trabalho barata. A exploração intensiva de recursos naturais - com a consequente degradação ambiental - se apresenta como sendo a base da economia destes países, junto com a expropriação de direitos sociais.

## O PAPEL DESIGNADO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL

Um maior entendimento acerca da atual conjuntura da luta de classes no campo passa pela compreensão do papel da formação econômico-social brasileira na economia mundial; as soluções encontradas para a expansão do capital na região; e a correlação de forças entre os agrupamentos humanos em conflito e os projetos que encabeçam.

O sistema mundial capitalista estabelece em seu curso diversas divisões internacionais do trabalho, nas quais adquire sentido o papel fundamental que a América Latina desempenha como região produtora de metais preciosos, matérias-primas e alimentos desde a etapa colonial até a etapa do padrão primário-exportador [até a segunda década do século XX]. A crise desse padrão, a etapa de transição que se gera e a posterior conformação do padrão industrial na América Latina têm lógicas internas, porém estas se articulam com a crise do mercado mundial derivada da longa etapa que vai da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial e que exigem do capital local a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução. O atual **padrão exportador de especialização produtiva** adquire sentido no quadro de revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro. Tudo isso propiciou integrações mais intensas do mercado mundial, assim como novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de realocação de indústrias e serviços, bem como uma elevada mobilidade do capital, processos que foram caracterizados com a noção de mundialização. (OSORIO, 2012, p.79. Grifos nossos.)

Para Osorio (2012), o atual padrão de reprodução do capital na região, caracterizado pela exportação de especialização produtiva, apresenta diferenças

substanciais e algumas semelhanças em relação ao padrão agromineiro exportador que prevaleceu na região a partir de meados do século XIX até o início do século XX.

Em comum, os dois padrões conferem grande peso aos bens agromineiros no total das exportações, aos quais, agora, se somam alguns bens secundários, seja de produção local, seja de montadoras. Os discursos oficiais seguem considerando a elevação da capacidade de exportação como um símbolo de fortalecimento econômico e desenvolvimento, tendendo a desconsiderar a estreita relação entre a deterioração das condições laborais e ambientais com o incremento da capacidade de exportação.

Contudo, o **padrão exportador de especialização produtiva** adquire um novo sentido ao ser considerado juntamente aos processos de “mundialização”, com elevada mobilidade de capital, informações e mercadorias e flexibilização das regulamentações laborais.

A venda de empresas públicas, empreendida por muitos governos latino-americanos na década de 1990, contribuiu para a ampliação dos investimentos de capital estrangeiro nestes países, imputando novas características ao padrão exportador.

Trata-se, em geral, de investimentos com pouco enraizamento, nos quais trabalhos de *maquila*, montagem, embalagem e rotulagem são prioritários, o que facilita a mobilidade do capital para outras regiões. (ibidem., p.109)

Assim, os novos bens de exportação exigem, em muitos casos, um grau mínimo de elaboração que o antigo padrão agromineiro exportador não requeria. Contudo, este grau de elaboração não nos permite classificar o padrão exportador brasileiro como secundário, pois a exportação dos tradicionais bens do setor primário cumprem papel central. Desta forma, o setor do agronegócio ampliado ganha elevada importância no incremento do PIB nacional.

Entretanto, com apenas 30,5% da área e contando somente com 25% do financiamento total, os estabelecimentos familiares são responsáveis por 37,9% de toda a produção nacional. Dado o grande número de estabelecimentos familiares, muitos dos quais com área muito pequena, destinada principalmente para moradia e plantio para subsistência, este percentual é elevado. Os gráficos que analisam a Renda Total por hectare<sup>7</sup>, tanto da agricultura familiar quanto da patronal, demonstram que a agricultura familiar é muito mais eficiente que a patronal, produzindo uma média de R\$ 104/ha/ano contra apenas R\$ 44/ha/ano dos agricultores patronais. A maior eficiência da agricultura familiar sobre a patronal ocorre em todas as regiões brasileiras. Estes números reafirmam a grande importância da agricultura familiar na alimentação da população brasileira, importância que cada vez mais vem sendo reconhecida pelas agências internacionais e pelos governos.

A constatação de que a *agricultura familiar* atua como a maior provedora dos alimentos básicos consumidos pelos trabalhadores brasileiros nos afirma que: com menos área, menos crédito e uso intensivo da força de trabalho familiar não assalariada (incluindo, muitas vezes, mulheres e crianças e com pouco controle sobre a quantidade de horas trabalhadas), o conjunto das propriedades agrícolas familiares contribuem para o barateamento do custo da força de trabalho brasileira, ao mesmo tempo em que “libera” uma maior porção de terras para a exploração capitalista voltada para exportação (agronegócio, exploração de minérios, petróleo, etc).

---

<sup>7</sup> Informações obtidas através do *Censo Agropecuário 1996*, do IBGE, e publicadas em *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. Fevereiro, 2000.

Aumentar a produtividade da agricultura familiar e a intensidade do trabalho desenvolvido (que acontece sem regulamentações laborais) sem conceder, para isso, maiores parcelas de terras significa intensificar este movimento: descer o custo da força de trabalho interna (através de inúmeras expropriações no campo) e fortalecer o **padrão exportador de especialização produtiva**.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lutar por políticas públicas representa o confronto com a lógica do mercado, lugar de expressão da liberdade para o desenvolvimento do capital. Conforme é apontado por Sader (2003), uma das operações teóricas e políticas mais bem sucedidas do neoliberalismo foi deslocar o debate em torno do público e instaurá-lo unicamente em torno da oposição estatal/privado, onde o termo *estatal* é referenciado como sendo autoritário e o termo *privado* como referência de democracia.

É importante ressaltar - como o fez Sader (2003) - que o termo *privado*, neste esquema, se refere unicamente aos interesses mercantis, que nenhum compromisso têm em assegurar o bem-estar da humanidade.

Colocar os debates em seus devidos termos, restabelecendo a oposição entre público e privado torna-se um primeiro passo na reivindicação dos principais requisitos da esfera pública: a universalidade, a igualdade, os interesses gerais, a lei e os objetivos emancipatórios (LEHER, 2003).

Na luta pela ampliação dos direitos civis (esfera pública) é preciso distinguir, na sociedade civil, os interesses das classes. Os dominantes tentam, incansavelmente, ocultar o fato de que os organismos privados podem expressar interesses particularistas.

Neste sentido, verificamos que o PEAAF é um programa educacional promovido por um Estado que possui extrema vinculação com setores do agronegócio e que, desta forma, tende a difundir as bases ideológicas necessárias para a hegemonia de um conceito de agricultura familiar que seja mais favorável ao capital, através de um “ideário ambiental” de forte característica *conciliadora* no “amansamento” e “mascaramento” da luta de classes e *pragmática* ao promover as reformulações necessárias para que pequenos agricultores sirvam melhor ao capital. Um “ideário ambiental” contraditoriamente ecológico e antiecológico.

A partir de nossas análises sobre o PEAAF, reafirmamos nossa hipótese de que o tipo de Educação Ambiental promovido pelo Estado brasileiro cumpre o papel de “mascarar” a luta de classes, promovendo a “parceria” subordinada da classe trabalhadora rural com o empresariado do agronegócio mundializado. Ao promover esta “parceria”, contribui para reproduzir uma ideologia de fim dos conflitos e das contradições público-privado.

Neste contexto, a compreensão acerca das contradições público-privado é desviada para uma compreensão de que aquilo é privado, que foi construído baseado unicamente em interesses mercantis - como, por exemplo, materiais didáticos produzidos por uma Usina Hidrelétrica sobre uso “sustentável” dos recursos hídricos -, pode servir de parâmetro de qualidade para políticas públicas. A discussão restringe-se às qualidades técnicas, não importando se um material didático cumpre ou não requisitos da esfera pública.

Da mesma forma, iniciativas pontuais de educação ambiental - como apontado nas “Boas Práticas de Educação Ambiental na Agricultura Familiar” - são tomadas como referência na construção de políticas públicas.

São também silenciados os debates acerca dos “bens públicos” ou “bens comuns”, legitimando a apropriação privada destes “bens” para um “melhor gerenciamento”. Neste terreno, a compreensão acerca das distinções entre “público” e “privado”, “político” e “econômico” encontra grande dificuldade.

Em uma sociedade de classes, a luta ideológica para se legitimar enquanto grupo mais apto para “gerenciar racionalmente” a esfera pública - sempre visando a “otimização” dos recursos para “garantir o bem-estar social”, que nunca se configura - é travada de forma permanente.

Nesta lógica, os mais aptos para gerenciar os recursos naturais brasileiros para produzir alimentos em quantidade suficiente para alimentar a população seria o agronegócio capitalista. Os pequenos agricultores familiares, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, ao se oporem ao agronegócio, são tratados como verdadeiros inimigos da pátria, obstáculos para o crescimento do país. Assim, é empreendido um intenso trabalho de convencimento e coerção para que estes sejam aliados na “luta comum” para o crescimento nacional.

A educação ambiental promovida pelo MMA e voltada para o pequeno agricultor acaba por difundir as bases ideológicas para que a “aliança” com o agronegócio ocorra. Além de todo o discurso de “harmonização” e “parceria”, oferece os instrumentos necessários para que estes agricultores se tornem “ambientalmente legalizados”.

O PEAAF trata-se, então, de um programa de educação ambiental elaborado pelo Estado com finalidades diretamente controladas pelo capital. Entretanto, é um programa que surgiu de reivindicações dos movimentos dos trabalhadores rurais, que, no *Grito da Terra 2009* lutou por, dentre outros pontos, recursos públicos para educação ambiental no meio rural.

Conforme observamos, ao longo do processo de construção do PEAAF, estes movimentos perderam o protagonismo e sua participação foi “igualada” à de empresas, ONGs ou indivíduos isolados.

Contudo, apesar de todas as limitações do PEAAF para se constituir enquanto um programa crítico e transformador, precisamos considerar que “a história não está dada” e que:

[...] somente por meio de análise teórica rigorosa articulada à ação política organizada dos movimentos sociais será possível vislumbrar uma refundação do Estado como esfera pública. É, portanto, uma história em aberto. (LEHER, 2003, p.30)

## REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, I. B. ; SANCHEZ, C. ; LAYRARGUES, P. P. . Anti-ecologismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. In: VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, 2011, Ribeirão Preto. Anais do VI EPEA: a pesquisa em educação ambiental e a pós-graduação no Brasil. Ribeirão Preto: USP, 2011.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LAYRARGUES, Philippe P. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. Revista Contemporânea de Educação, n° 14. p. 398-421. agosto/dezembro de 2012.

LEHER, Roberto. Reforma do Estado: o privado contra o público. Revista Trabalho, Educação e Saúde. Ano 1, vol.2. p. 27-51, 2003.

LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

NEVES, Lúcia M.W. (Org.) A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA; OSORIO; LUCE (Orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

SADER, Emir. Público versus mercantil. Folha de São Paulo. São Paulo, 19 jun. 2003.

SCHEFFLER, Israel. A linguagem da Educação. São Paulo: Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A sociologia do mundo rural e as questões da sociedade no Brasil contemporâneo. Revista Ruris (UNICAMP), vol.4, n.1, p.21-36, 2010.